

GT de Saúde cobra respostas do Itaú sobre práticas que afetam bancários afastados



O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde dos empregados do Itaú se reuniu com representantes do banco nesta quarta-feira, 8 de abril, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, para dar continuidade às negociações sobre uma série de problemas que vêm sendo denunciados pelos trabalhadores. A reunião foi precedida de um encontro preparatório do GT, realizado no dia anterior.

A pauta do encontro manteve os principais pontos cobrados reincidentemente pelo movimento sindical, com destaque para as convocações para exames médicos (Atestado de Saúde Ocupacional – ASO; e Avaliação de Capacidade Laboral – ACL), o funcionamento do canal de denúncias – incluindo o balanço do canal voltado à violência contra a mulher – e questões relacionadas a descontos em contracheques.

Um dos temas centrais da negociação foi a continuidade das convocações consideradas indevidas para exames médicos, especialmente de trabalhadores afastados pelo INSS ou que aguardam perícia para prorrogação do benefício. O banco já havia se comprometido a não realizar estas convocações. De acordo com relatos levados ao banco, mesmo quando os empregados informam sua condição por meio dos canais oficiais, como o IU Conecta, as convocações não são canceladas e, em alguns casos, há ameaça ou aplicação de advertências automáticas pelo não comparecimento.

Além disso, o GT voltou a denunciar situações em que bancários são convocados para novos exames mesmo após avaliação recente ou quando ainda não tiveram retorno da perícia, evidenciando falhas no processo e desrespeito à condição de saúde dos trabalhadores.

Outro ponto importante da reunião foi o funcionamento do canal de denúncias do banco (Ombudsman). O GT voltou a cobrar melhorias no fluxo de apuração, garantia de sigilo, proteção ao denunciante e maior agilidade nas respostas, especialmente em casos de assédio moral e sexual.

A reunião também tratou de problemas relacionados a descontos em contracheques durante o período de afastamento, especialmente em casos de antecipações salariais debitadas antes mesmo do recebimento do benefício do INSS, o que pode gerar endividamento dos trabalhadores.

Além disso, foram relatadas dificuldades no tratamento de documentos enviados pelos empregados e inconsistências na comunicação do banco, que têm contribuído para insegurança e prejuízos financeiros.

As negociações vão continuar, com o acompanhamento das entidades sindicais, até que haja avanços efetivos nas demandas apresentadas pelos bancários.